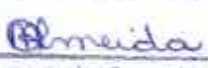




Município de Pedro Teixeira - MG
Rua Professor João Lins, 447 Bairro Alvorada - CEP 36.148-000.
TELEFAX: (32) 3282 - 1109 / (32) 3282 - 1129
CNPJ: 18.338.228/0001-51

DECRETO Nº 1922 de 22 de julho de 2020.

Publicado no Quadro de Avisos
da Prefeitura Municipal de
Pedro Teixeira
em 22 / 07 / 20 20

Assinatura do Servidor

"REGULAMENTA O CALENDÁRIO, FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO PRESCRICIONAL DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2020 e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Pedro Teixeira, no uso de sua competência e atribuições legais, e nos termos do art. 44 da Lei Orgânica do Município de Pedro Teixeira, e **Considerando** a nova redação aos Artigos 126 e 127 do Código Tributário do Município de Pedro Teixeira;

Considerando a necessidade de criar normas e procedimentos para a geração e emissão de informações, e esclarecimentos de prazos prescricionais, a cerca do lançamento tributário referente ao IPTU – Imposto Territorial Urbano no âmbito do Município de Pedro Teixeira – MG.

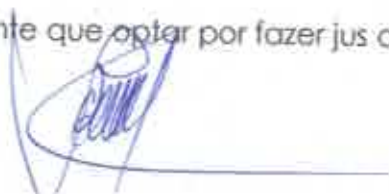
DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o calendário ao Contribuinte para pagamento do Imposto Territorial Urbano – IPTU no âmbito do Município de Pedro Teixeira – MG, na forma dos dispositivos a seguir.

Inciso I – O setor de Tributos do Município gerará a Guia do Imposto até o dia 31/07/2020, e enviará ao Contribuinte para que o mesmo exerça seu direito de Impugnação ao lançamento do tributo, nos termos do § 2º do art. 126 do Código Tributário Municipal.

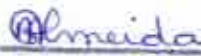
Inciso II – O IPTU - Imposto Territorial Urbano terá como data limite para pagamento sem qualquer acréscimo até o dia 23 de dezembro de 2020.

Inciso III – O contribuinte que optar por fazer jus ao desconto de que trata o § 3º do





Município de Pedro Teixeira - MG
Rua Professor João Lins, 447 Bairro Alvorada - CEP 36.148-000.
TELEFAX: (32) 3282 - 1109 / (32) 3282 - 1129
CNPJ: 18.338.228/0001-51

Publicado no Quadro nº 14 A
da Prefeitura Municipal de
Pedro Teixeira
em 22/07/2020

Assinatura do Servidor

Art. 127 do Código Tributário Municipal, deverá pagar a guia de lançamento, emitida em até o dia 31/07/2020, no setor de arrecadação do Município até o dia 30/09/2020.

Inciso IV - O contribuinte que optar por fazer jus ao parcelamento do IPTU - Imposto Territorial Urbano, que incidirá sobre o valor sem a aplicação do desconto, deverá quitar a primeira parcela até o último dia útil do mês de outubro de 2020, segunda parcela até o último dia útil de novembro de 2020 e a terceira parcela até o dia 23 de dezembro de 2020, com a mesma guia emitida até o dia 31/07/2020.

Parágrafo Primeiro - Havendo impugnação ao lançamento do IPTU - Imposto Territorial Urbano, nos termos do Inciso I do Caput deste artigo, deverá Fazenda Pública na pessoa de sua Autoridade Superior, julgar a impugnação em até 30 (trinta) dias do protocolo da mesma, que da decisão da Autoridade Superior, não caberá qualquer Recurso na via Administrativa, para que não haja prejuízo aos prazos para pagamento à vista.

Parágrafo Segundo - Com a finalidade de Economia aos cofres públicos, o Setor de Tributos deverá orientar o Contribuinte que optar pelo Parcelamento do IPTU - Imposto Territorial Urbano, a se dirigir ao setor de Arrecadação do Município com a Guia original emitida até o dia 31/07/2020, ou a nova guia corrigida em caso de provimento de sua Impugnação, para o pagamento da Primeira Parcela e demais parcelas na mesma guia.

Parágrafo Terceiro - O Contribuinte que não efetuar o pagamento no dia 30/09/2020, nos termos do Inciso III deste Artigo, ocorrerá a perda do direito ao desconto para pagamento à vista.

Parágrafo Quarto - Vencido o prazo de que trata o Inciso II deste artigo, o lançamento será acrescido de Correção Monetária, Juros e Multa nos termos do Código Tributário Municipal, e poderá ser quitado pelo Contribuinte diretamente na Administração Pública, independente de Ação Judicial ajuizada pela mesma.



Município de Pedro Teixeira - MG
Rua Professor João Lins, 447 Bairro Alvorada - CEP 36.148-000.
TELEFAX: (32) 3282 - 1109 / (32) 3282 - 1129
CNPJ: 18.338.228/0001-51

Parágrafo Quinto - Nos termos do Código Tributário Nacional - CTN, os débitos oriundos de que trata os Arts. 126 e 127 do Código Tributário Municipal, poderá ser lançados à Dívida Ativa do Município a qualquer momento, observado o prazo máximo de 4 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, do vencimento de que trata o inciso I deste artigo, **quando será emitida** a CDA - Certidão de Dívida Ativa para efeitos de Cobrança Extrajudicial ou Judicial.


Parágrafo Sexto - Nos termos do Código Tributário Nacional - CTN, os débitos oriundos de que trata os Arts. 126 e 127 do Código Tributário Municipal, e ocorrendo o que preceitua o inciso anterior, para que ocorra o Instituto da Prescrição, deverá ser observado o prazo quinquenal a partir da Emissão da CDA - Certidão de Dívida Ativa.

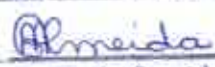
Parágrafo Sétimo - Ocorrendo o Instituto da Prescrição, após, observados o procedimentos dos Parágrafos anteriores, fica facultado ao Contribuinte o direito de petição de decadência do Município ao referido crédito tributário.

Art. 2º - Este Decreto, após publicado deverá ser encaminhado à Empresa Contratada que gerencia o Sistema de Emissão e Controle de Tributos, Impostos, Contribuições e Taxas, para que observe não só os lançamentos nos termos da nova redação aos Arts 126 e 127 do Código Tributário Municipal, bem como para que adeque seu Sistema ao que preceitua os Parágrafos Sexto e Sétimo do artigo anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira, 22 de julho de 2020.


IDÍLIO NEVES MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos
da Prefeitura Municipal de
Pedro Teixeira
em 22/07/2020

Assinatura do Servidor